

REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA IDADE MÉDIA: O OLHAR DE GEORGES DUBY*

Márcia Maria da Silva Barreiros Leite
Prof. Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia
Prof. Assistente da UCSal
E-mail: rinacnleite@bol.com.br

RESUMO — *O estudo objetiva analisar as obras que Georges Duby realizou acerca das mulheres de elite no mundo medieval. A partir de livros da sua autoria que abarcam essa problemática — O Cavaleiro, a Mulher e o Padre; Idade Média Idade dos Homens; e Heloísa, Isolda e outras damas no século XII —, avaliaremos como o historiador construiu a sua interpretação sobre o universo feminino do período. Será dado ênfase aos aspectos teórico-metodológicos presentes nos referidos trabalhos, que constituem, atualmente, uma valiosa contribuição à história social da mulheres e à análise das relações entre os gêneros nas sociedades.*

PALAVRAS-CHAVE: *Georges Duby; Idade Média; condição feminina.*

ABSTRACT — *This article aims to analyse the work of Georges Duby concerning upper-class women in the medieval world. On the basis of those books of his which deal with this theme — Le Chevalier, La Femme et Le Prêtre, Mâle Moyen Âge: De L'amour et autres essais and Enquête Sur les Dames du XII Siécle — we assess the ways in which the writer interprets the female universe of the period. Emphasis is given to the theoretical-methodological aspects of such works, which constitute a valuable contribution at the present time to women's social history and to the analysis of gender relations in society.*

KEY WORDS: *Georges Duby; Middle Ages; female conditions.*

*Este texto foi apresentado no *II Encontro Internacional de Estudos Medievais*, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre 23 e 26 de setembro de 1997.

I TRAJETÓRIAS

Referência imprescindível da historiografia contemporânea, o medievalista francês Georges Duby foi responsável por um rico e diversificado conjunto de obras, entre livros, ensaios e artigos, cuja temática central sempre foi a sociedade feudal. Historiador vinculado ao que se convencionou chamar a Nova História, procurou levar até as últimas conseqüências os ensinamentos e princípios da escola dos Annales, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, que objetivava renovar a História, combatendo a tradição positivista que insistia em amarrar essa disciplina à descrição linear de eventos e à proclamação dos fatos políticos e institucionais. Foi contra uma História velha e convencional, “desencarnada das idéias” e sacralizadora da objetividade científica, que o grupo de intelectuais franceses se insurgiu no início do século XX.¹

Mantendo o espírito de renovação dos estudos históricos, no que concerne aos seus objetos, problemas, métodos e técnicas, alimentada pelas subseqüentes gerações de pesquisadores envolvidos no projeto da Nova História, Georges Duby contribuiu de modo fundamental para uma nova postura metodológica frente à relação passado-presente. Segundo ele, a história deve renunciar tanto à “busca ilusória da objetividade total”, como às simples associações de causalidade dos acontecimentos. Modificava-se, dessa forma, a idéia de verdade na História, já que a mesma “passou a se interessar menos pelos fatos que pelas relações”.² A imaginação e a criação passaram a assegurar um lugar especial nesta nova perspectiva de se construir o conhecimento histórico, ler e interpretar o passado. Sem pretender atingir qualquer verdade absoluta, ele propunha uma História mais apaixonada, menos fria e impassível, contudo, rigorosa e séria. Suas palavras não deixam dúvidas:

Não tenho a pretensão de comunicar-lhe a verdade, mas de sugerir-lhe o provável, colocando-o diante da imagem que eu mesmo tenho, honestamente, do real. Dessa imagem participa em boa dose aquilo que eu imagino. Cuidei entretanto, para que as elasticidades do imaginário permanecessem solidamente presas a esses ganchos

que em caso algum, em nome de uma moral, a do cientista, ousei manipular ou negligenciar, e que testei em todos os casos minuciosamente, para confirmar-lhes a solidez. Estou falando dos documentos, minhas provas.³

Apostando na relatividade dos fatos, avançou rumo a uma história problematizadora, que levasse em conta todos os níveis da experiência humana, a partir de uma segura base documental. A sociedade deveria ser pensada a partir das suas múltiplas dimensões, articuladas e interpenetradas. O homem integral e a história total estiveram presentes nas propostas e ao longo dos trabalhos deste estudioso, que sempre tentava compreender os homens “em suas diversas dimensões, em suas diversas estaturas, em suas múltiplas contradições, em sua imensa fragilidade, mas também em sua enorme capacidade de criar e inventar, de tornar suportável e passível de vida o que às vezes parece ser impossível”.⁴ Argumentava, assim como grande número dos historiadores dos *Annales*, que “a economia não explica sozinha as estruturas e a evolução de um grupo social”.⁵ Por conta disso, defendia que tanto os aspectos materiais quanto os não-materiais deveriam estimular o trabalho do historiador. Não foi sem intenção que realizou um intenso diálogo interdisciplinar com outras ciências sociais, notadamente a antropologia, ao recortar certos objetos para as suas pesquisas.

Nas suas primeiras obras, discutia a civilização material — os homens e a relação com o meio, a geografia, a demografia e a sociedade — da França medieval, sendo a interpretação marcada pela primazia da história econômica. É essa, por exemplo, a abordagem que caracteriza a sua tese de doutorado sobre a região de Macon. Como ele mesmo afirmava, estava sob a “influência do pensamento marxista”.⁶ Todavia, no início da década de 60, começa a se voltar para a chamada História das Mentalidades, desenvolvendo estudos sobre a ideologia, o imaginário social e a cultura.

Fazendo um balanço autobiográfico, Duby considerou alguns aspectos que lhe permitiram avançar na investigação acerca da sociedade medieval francesa. Foi, quando da conclusão da

tese, que o autor se sentiu revigorado para perseguir novos problemas, que havia desprezado no decorrer da pesquisa, a saber: a condição sociocultural dos monges e leigos, a influência das crenças e práticas religiosas nos comportamentos, o significado das atitudes mentais, as estruturas de parentescos, particularmente as funções do casamento e, por último, a própria economia, as relações dos grupos humanos com a terra.⁷

O seu livro clássico *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo* evidencia bastante a opção de análise que irá assumir a partir de então. Com o objetivo de discutir a teoria da trifuncionalidade na Idade Média, ele propõe o estudo da representação coletiva da sociedade, das atitudes mentais. Buscava investigar “a idéia de uma sociedade perfeita, na qual os homens se dividiram em três categorias, cada uma com sua função, uns rezando, outros guerreando, os outros enfim trabalhando para todo grupo, repousando a ordem e a paz nesta troca de serviços”.⁸ Seu interesse era avaliar as relações entre o mental e o material no decorrer da mudança social.⁹ O estudo das representações mentais se avolumou cada vez mais na sua recriação do passado, produzindo uma história social mais receptiva às investigações sobre o cotidiano, os hábitos e as crenças de grupos sociais particulares. O interesse, ainda que tardio, mas bastante fecundo, pelas mulheres (ou pelas imagens que se faziam delas nessa sociedade masculina) aparece no momento de amadurecimento intelectual, revelando a sensibilidade do historiador para com o resgate da memória feminina.

II POR UMA HISTÓRIA DAS MULHERES

Foi o próprio Georges Duby que reconheceu o seu atraso no que diz respeito à pesquisa sobre as mulheres na Idade Média, que justificou pela escassez de uma documentação específica relativa ao elemento feminino. Os depoimentos disponíveis até então eram em sua maioria distorcidos e falseados: “são sempre os homens que falam delas”.¹⁰ As imagens da mulher que chegaram até o presente são aquelas construídas

apenas pelos homens medievais, a exemplo de padres e monges.

De qualquer forma, três das suas obras marcam essencialmente o compromisso com o “derradeiro projeto” de escrever uma história das mulheres: *O cavaleiro, a mulher e o padre; Idade Média, Idade dos Homens; e Heloísa, Isolda e outras damas do século XII*. Essas obras, escritas entre as décadas de 80 e 90, definem bem o seu recorte em relação à temática, a sua opção pela variedade de fontes e o tratamento que dispensa às mesmas, assim como a escolha das abordagens. A despeito das especificidades dos textos, tais trabalhos têm em comum a tentativa de reconstituição da cultura medieval, notadamente o cotidiano, as representações simbólicas, a vida privada, o imaginário, as estratégias familiares, as relações entre os homens e as mulheres pertencentes aos grupos sociais dominantes.

Este texto visa destacar o olhar que o medievalista dirigiu para recompor o modelo da mulher de elite da sociedade medieval e, ao mesmo tempo, examinar como na interpretação de tal modelo levaram-se em conta as distâncias entre a imagem feminina proposta e idealizada, de um lado, e a realidade concreta, de outro. No processo de interpretação e recriação do passado, a consciência da relatividade dos fatos e da influência que os sistemas ideológicos exercem na constituição do fato histórico tornaram-se elementos importantes para a narrativa do estudioso.

Durante um colóquio nos anos 80, Duby refletiu sobre alguns problemas da pesquisa orientada para o estudo da condição feminina, levantando diversas questões. Naquele momento, lembrava a impossibilidade de se separar a história das mulheres da história dos homens, insistindo na importância da evolução da condição de cada sexo e nas relações de poder que permeavam o relacionamento dos casais na família. A divisão dos papéis nos distintos espaços sociais, o público e o doméstico, também deveria ser objeto de maior investigação, visto as distorções inerentes à documentação disponível. Numa clara lição sobre o método, afirmava que nem sempre os historiadores deveriam se deixar influenciar totalmente pelas fontes,

principalmente as de proveniência masculina. Ponderava acerca dos discursos universais sobre a posição feminina, advertindo, também, que as fontes informam mais sobre a ideologia dominante do que a realidade. Portanto, cabia ao pesquisador “medir essa distância, discernir as deformações que podem ter decorrido da pressão da ideologia”.¹¹ As imagens, dependendo da natureza das fontes, tendiam a ser mais ou menos estilizadas ou mais ou menos realistas.

Na verdade, ele chamava a atenção para o poder de uma ideologia construída em favor de uma suposta submissão natural da mulher ao homem. Os textos da sagrada escritura se constituíram na base teórica sobre a qual assentou a imagem exemplar da mulher medieval. Por outro lado, domínios distintos, como o da participação da mulher na vida religiosa e o do processo de feminização do cristianismo no Ocidente, permaneceram à espera de investigações. O alargamento do campo de pesquisa contribuiria em muito para se repensar os saberes e os poderes do sexo feminino na época.

Em *Idade Média, Idade dos Homens*, uma coletânea de ensaios do autor, podemos descortinar, através das análises feitas sobre o amor e o casamento, um pouco do mundo feminino. Esse trabalho traz, na sua primeira parte, uma síntese acerca do casamento, do amor e dos tipos femininos idealizados na Idade Média — temas esses bem mais amadurecidos pelo historiador no seu livro *O cavaleiro, a mulher e o padre*. Nesse estudo, onde o autor se propunha analisar as práticas matrimoniais, não deixou de reservar um espaço às mulheres.

De um modo geral, a instituição do matrimônio é descrita nos seus estudos como um código regulador inserido nas relações culturais da sociedade medieval. Ao traçar a evolução da prática do casamento, considerou a sua utilidade e a sua função na chamada “boa sociedade”: o mundo dos reis, dos príncipes, dos cavaleiros. Identificou as duas concepções de casamento, a leiga e a eclesiástica, a princípio opostas na cristandade latina e, em seguida, passando por uma lenta junção. Foi no confronto entre esses dois modelos de casamento, presentes na França do século XII, que ele reconstituiu o contexto de conflito entre os poderes profano e sagrado. Tendo

por base um repleto trabalho de fontes — escritos normativos, textos canônicos, crônicas de religiosos, biografias, correspondências, capitulares, inventários, tratados, códices, atas de arquivos eclesiásticos, cartulários, contos, literatura cortês de divertimentos, literatura genealógica, panegíricos —, o autor descreveu as distâncias entre as normas redigidas pelos moralistas da Igreja e a prática concreta que caracterizava esse ato social (o casamento), afirmando, por outro lado, a relação entre o sonhado e o vivido numa cultura.

Segundo Duby, os ritos do casamento foram instituídos para assegurar dentro da ordem social medieval a repartição das mulheres pelos homens; para disciplinar, em torno do elemento feminino, a competição masculina; para oficializar a procriação e refrear a sensualidade feminina; para ordenar a desigualdade proclamada pela narrativa mítica da criação; e, por último, para fundar as relações de parentescos, móvel da sociedade como um todo. A evolução do casamento é traçada a partir do intenso processo de cristianização da sociedade. A Igreja tentou circunscrever a união conjugal a determinados interditos e regras para disciplinar a sexualidade dos indivíduos. Da sua condenação até a sua aceitação como um sacramento, o matrimônio passou por várias etapas. Justificado pelo ato da procriação, ele foi aos poucos enquadrado numa estrutura ideológica maior, moralizando os costumes e comportamentos sexuais de todos aqueles propícios aos crimes da carne, principalmente a “mulher tentadora”.

Na ótica de Duby, o modelo de casamento que dessexualizava a mulher, proposto pelos clérigos e padres, conviveu em paralelo com uma outra estratégia matrimonial em voga no contexto: o modelo leigo praticado pelas casas aristocráticas. Essas tinham um objetivo menos espiritual e mais material na promoção do casamento, que era o de garantir e preservar o seu patrimônio fundiário numa sociedade ruralizada, onde a terra era o maior bem. Fundamentados na noção de herança, os homens dos estratos superiores estabeleciam alianças matrimoniais endogâmicas para reproduzirem as relações de poder e riqueza no seu meio. Ao filho varão primogênito era concedido o direito de casar e perpetuar os antepassados, toda a glória,

a honra, os bens e a descendência. Dentro dessa lógica, a mulher era destinada (com um dote) a um casamento arranjado, no qual a virgindade e a fidelidade da esposa eram os pilares da moral laica, a qual repudiava as mulheres que não deixassem herdeiros masculinos. A ética que sedimentava esse casamento comportava um duplo padrão sexual, tendo o homem, na prática, o direito de vivenciar amores ancilares e regimes de concubinato, tão comuns no período. A virilidade era exaltada no código cultural de valores. O modelo régio de casamento, então vulgarizado, privilegiava a masculinidade na linha de sucessão e excluía as mulheres das partilhas dos bens.

A discussão da condição feminina na sociedade feudal, na obra de Georges Duby, aprofunda-se quando, após caracterizar as duas morais que formam o matrimônio, ele analisa a evolução do amor no cotidiano da vida a dois. Utilizando-se da literatura genealógica e dinástica, mas também consciente da parcialidade dessa documentação, ele nos mostra como a mulher era o objeto central do amor cultivado. A ideologia dos clérigos, fala-nos Duby, traz como consensual o princípio de que a mulher era um ser fraco, que devia necessariamente viver sob os cuidados dos homens, portanto, submissa ao seu poder. Assim, o casamento era erguido sobre uma “desigualdade natural”, não devendo comportar a paixão, a frivolidade, o prazer e o ardor. A reverência e a caridade da esposa para com o marido eram os dois sentimentos que deveriam ser cultivados. O medo da feminilidade levou os moralistas da Igreja, por exemplo, a desenvolverem um movimento pastoral com vistas à orientação espiritual das mulheres. A compostura feminina deveria ser assegurada a qualquer preço, inclusive com penitências, pois a honra doméstica dependia, em larga escala, da conduta das damas.

Simultaneamente, os ritos de sociabilidade aristocrática se ordenavam em torno de outro tipo de amor: o amor delicado, chamado amor cortês, que se situava fora do campo da conjugalidade prescrita oficialmente. Era um jogo educativo e masculino que premiava os valores viris, cavalheirescos e a liberdade sexual dos jovens solteiros, que se tornava corrente. Os textos lite-

rários produzidos no período medieval eternizaram os traços misóginos presentes em tal jogo amoroso. Nesse divertimento, a mulher era o centro e preenchia dois papéis: 1) ela estimulava a rivalidade entre os homens, tornando-os competitivos; 2) ela era o prêmio das competições na corte.

Duby não vê nesse costume qualquer melhoria na relação entre os dois sexos. O papel de presa e de mediadora no jogo cortês não fomentou uma promoção qualitativa diferente da do homem. As relações continuavam tencionadas, e as mulheres permaneciam desprezadas e temidas. A submissão feminina era constantemente alimentada pela literatura de cortesia masculina e a idéia projetada e sonhada de mulher se concretizava no cotidiano lúdico das cortes. Por outro lado, a literatura religiosa incentivava a vivência da conjugalidade, segundo os moldes propugnados pelos homens cristãos. As mulheres leigas deveriam assumir tal modelo, que apostava numa realização da feminilidade no casamento, na santidade e na maternidade. Aos poucos, foi se realizando a convergência da moral dos clérigos e a dos cavaleiros, que se aliavam na desconfiança e no desprezo dirigido às mulheres.

Pode-se afirmar que nesses dois estudos, que precedem *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII* (um de seus últimos livros), a mulher (ou sua representação) não foi tomada como objeto particular de análise. As imagens femininas apareciam, até então, dentro de estudos mais amplos e gerais referentes ao movimento da sociedade, como as práticas e os ritos do casamento, as estruturas de parentescos e o estudo sobre o amor. Consciente do problema, Duby se indaga: “mas o que sabemos delas?” Essas mulheres, alvo de tantos discursos e de escassos registros próprios ou mais realistas, não estavam ainda, na perspectiva do historiador, suficientemente contempladas.¹²

A constatação de Duby pode ser interpretada de duas formas: 1) como um convite a um aprofundamento da questão, uma reflexão mais minuciosa acerca da temática; 2) como o reconhecimento dos limites inerentes à história das mulheres. De fato, ele continuou as suas pesquisas, aprofundando-as na trilogia sobre as mulheres da época medieval, da qual *Heloísa*,

Isolda e outras damas no século XII faz parte.¹³ O caminho agora trilhado é específico e particular no seu objeto: a condição feminina. O primeiro livro da série dessa trilogia vem confirmar Georges Duby como o historiador dos processos mentais e das representações coletivas, bem como um pesquisador interessado nas formas que tomaram as relações entre os sexos na Europa ocidental.

No estudo *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII*, avança no diálogo consistiu da própria escrita feminina, apesar de algumas senhoras da corte saberem ler e escrever. Dada a situação, restou a Duby ler o mundo feminino por intermédio do olhar masculino. Esta estratégia metodológica permitiu ao medievalista alcançar o seu objetivo.

Como numa narrativa literária, Duby conta-nos a história de seis (ou sete) mulheres que se tornaram representativas deste universo tão mal iluminado: Alienor, Maria Madalena, Heloísa, Isolda, Juette, Dorée d'Amour e Fênix que, apesar das particularidades de suas trajetórias individuais, desfilam na imaginação dos homens (maridos, pais, religiosos, poetas, biógrafos, conselheiros e amantes). Através da representação que se fez de cada uma dessas damas, conhecemos os fragmentos da realidade e do cotidiano que vivenciaram. Uma imagem deformada, contudo, reveladora das atitudes que os homens tinham para com o sexo feminino, bem como dos comportamentos que exigiam ou, pelo menos, esperavam que as mulheres tivessem. Revela-se, novamente, a intensa relação entre o imaginado e o vivido.

A partir das representações masculinas registradas nos escritos medievais, são abordados problemas de várias ordens que envolvem o mundo dessas damas. Na história de Alienor, herdeira do ducado de Aquitânia, destaca-se a ambigüidade do discurso misógino que tende a vê-la, ao mesmo tempo, como vítima e leviana (dona de uma liberdade exagerada). A sua imagem torna-se aos poucos denegrada, quando afronta os rigores da moral eclesiástica divorciando-se de um esposo, cultivando relações incestuosas, rejeitando a tutela de um outro homem e insurgindo os filhos contra o marido. No final do século XII, os homens viam Alienor como “a representação

exemplar daquilo que ao mesmo tempo os tentava e os inquietava na feminidade”.¹⁴

Quanto a Maria Madalena, estava viva no imaginário coletivo dos medievos. É relatado o sucesso da peregrinação e do culto madaleniano, sacralizado nesse contexto reformista em atendimento a diversas necessidades, em particular, às da Igreja Cristã. No intuito de erigir o ideal de mulher — arrependida, bem-aventurada, penitente, adoradora e temente a Deus, reclusa e afastada do mal maior, o sexo —, os sermões, os escritos lendários e outros documentos que contam sobre a vida de Madalena assumem grande importância. O seu culto era fomentado para reprimir o pecado sexual, para conter os exageros mundanos; buscava-se, assim, exortar a conduta ideal de mulher, insistindo num saneamento moral e na exclusão social das chamadas “mulheres lastimáveis” (as prostitutas).

Na história de Heloísa, emergem, mais claramente, os comportamentos dos homens e das mulheres que viviam em Paris no século XII, sobretudo no que diz respeito aos problemas do sexo. Fazendo uma revisão crítica das correspondências, inclusive sobre o problema da autenticidade, que eternizaram o romance entre essa alta dama da aristocracia francesa e Abelardo, “sábio reputado” da escola parisiense, Duby atesta que o conjunto dessas cartas constituiu um tratado de moral com explícito sentido pedagógico. Seria um *exemplum* que procura mostrar “como a mulher é capaz de salvar a sua alma, expondo para essa finalidade, em primeiro lugar, que o casamento é bom, a seguir que ele pode servir de modelo a quem se preocupa em instituir um relacionamento hierárquico conveniente entre homens e mulheres no interior de um mosteiro, e por fim o que é a feminidade, seus defeitos e suas virtudes”.¹⁵

Da mitologia européia, surge Isolda, uma personagem que ocupa lugar importante na obra literária medieval. Ela foi representada nas cortes anglo-normandas como uma imagem exemplar da feminilidade. Contraditoriamente, era exaltada por seu lado forte, seus impulsos amorosos e, também, pela sua maternidade. O amor consentido entre os amantes, a consciência da responsabilidade no amor são temas recorrentes na

trama da qual fazem parte Isolda e Tristão. Nesse romance subjazem traços da cultura européia que descobria o amor, o amor profano e o amor místico ao mesmo tempo. Eram as relações entre os sexos que se transformavam moderadamente.

Nas duas últimas histórias contadas por DUBY, a de Julette e a de Dorée d'Amour e Fênix, as imagens que os contemporâneos faziam das suas damas se confundiam cada vez mais com as vivências concretas das mulheres. Retenho-me, para conclusão, na experiência de Julette, essa jovem nascida na Bélgica cujo relato de vida está marcado por uma intensa vivência mística. A sua biografia foi redigida por um religioso quando do processo de feminização do cristianismo. O estado de viuvez de Julette lhe permitiu por opção o recolhimento e a prática de devoção — um modo de manter a segurança da própria integridade, em um meio onde o assédio sexual era a forma mais direta da violência masculina. A sua autoridade foi se impondo a partir da sua capacidade de visionária. Avesa a qualquer contato masculino, reuniu em torno de si adolescentes do sexo feminino, que alimentava, educava e criava, fechando-se ao mundo exterior. Com a projeção política alcançada e com as esmolas e reverências conseguidas, o poder da reclusa passou a concorrer com o da própria Igreja, ou melhor, com o poder dos homens. A trajetória de Julette ameaçava a ordem social, dirigida por senhores e religiosos, os mesmos que fizeram com que a visionária fosse esquecida.

Ao fim do estudo, DUBY resgata os traços comuns àquele sistema de valores masculinos que representava de maneira tão hostil a mulher do seu tempo. Para os contemporâneos, as mulheres eram um objeto que deveria ser controlado pela parcela masculina. Elas traziam em si o pecado e a morte, possuíam uma nocividade nativa, eram mentirosas e dissimuladas, por isso deviam ser temidas. Eram, também, possuidoras de uma natureza frágil e ao mesmo tempo terna. Viam-se nelas, contudo, alguns valores: tinham força e capacidade de amar e detinham, segundo a teoria agostiniana, uma parcela da razão, que deveria ser orientada pelos homens. Nessa reflexão, DUBY concorda com a idéia de uma lenta promoção da mulher na cultura medieval, que residia na “tomada de consciência de

que ela pode, como Madalena ou como Heloísa, servir de exemplo aos homens por ser às vezes mais forte que eles”.¹⁶ As mudanças de atitude estariam, por sua vez, relacionadas aos processos de civilidade e de polidez que se impunham nas cortes medievais, concomitantes e decorrentes da emergência de uma cultura urbana e da valorização do amor. No percurso do século XII, o olhar dos homens sobre as mulheres tornou-se menos desdenhoso, abrindo-se, assim, para a possibilidade da construção de novas imagens e representações coletivas em torno da mulher.

NOTAS

¹ Georges DUBY. *A Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios*. p.187.

² Georges DUBY. *A História Continua*. p.59.

³ Idem, ibidem, p.62.

⁴ Nilo ODALIA. *O Saber e a História: Duby e o pensamento historiográfico contemporâneo*. p.74-80

⁵ Duby, *A História Continua*, p.87.

⁶ Idem, ibidem, p.77.

⁷ Idem, ibidem, p.68-69.

⁸ Idem, ibidem, p.112.

⁹ Peter BURKE. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. p.87

¹⁰ DUBY, *A História Continua*, p.151.

¹¹ Idem, ibidem, p.99.

¹² Refiro-me ao texto de Georges, DUBY. *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre: o casamento na França feudal*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988. A expressão aspeada encontra-se na página 201.

¹³ Compõem a trilogia os seguintes títulos: *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII*, *A Lembrança das Ancestrais* e *Eva e os Padres*.

¹⁴ Georges DUBY. *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII*. p.25.

¹⁵ Idem, ibidem, p.71

¹⁶ Idem, ibidem, p.124.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1992.
- DUBY, Georges. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.
- _____. *A Idade Média, Idade dos Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Damas do Século XII: a lembrança das ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre: o casamento na França feudal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- DUBY, Georges; ARIËS, Philippe (org.). *História da Vida Privada*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v.2, Da Europa Feudal à Renascença.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org.). *Imagens da Mulher*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.
- KLAPISCH-ZUBER, (dir.). *História das Mulheres*, São Paulo: EBRADIL, Porto: Edições Afrontamento, 1994. p.273-329, v.2: A Idade Média.
- ODALIA, Nilo. *O Saber e a História: DUBY e o pensamento historiográfico contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.